

FAMA Investimentos Ltda.

Política de Gestão de Risco

1. OBJETIVO

A presente Política de Gestão de Risco (“Política”) da FAMA Investimentos Ltda. (“FAMA” ou “Gestora”) tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para monitorar e gerenciar os riscos inerentes à atividade de gestão de recursos de terceiros e aos fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários sob gestão (“Fundos”).

Nesta Política estão relacionados os critérios e parâmetros utilizados para gerenciamento dos tipos de riscos e seus pontos de controle.

A FAMA entende que o estabelecimento de regras claras e bem definidas, atende não só às exigências regulatórias, em especial, a Resolução CVM nº 21/21 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Administração de Recursos de Terceiros, como também ao melhor interesse de seus investidores.

A presente Política é aplicável às atividades da Gestora e a todos os seus Colaboradores, conforme definição no seu Manual de Compliance, os quais são obrigados a ler, entender e assinar o Termo de Adesão, que constitui o Anexo I a esta Política, quando do início do seu relacionamento com a FAMA. Eventuais descumprimentos estarão sujeitos às regras de sanção previstas no referido Manual.

2. RESPONSABILIDADE E GOVERNANÇA

A FAMA deverá manter versão sempre atualizada desta Política no Sistema SSM da ANBIMA, bem como em seu website (www.famainvestimentos.com.br).

As diretrizes estabelecidas nesta Política, a decisão das métricas e ferramentas de controle a serem utilizadas, bem como os procedimentos no caso de verificação de qualquer inobservância, ficam a cargo do Diretor de *Compliance* e Risco.

Cabe ressaltar que o controle e monitoramento do risco de mercado também é parte do processo de gestão e decisão de investimento, sendo, portanto, uma obrigação compartilhada do Diretor de Investimentos e do Diretor de *Compliance* e Risco, o qual terá a decisão final a respeito de questões sobre risco. Possui, assim, autonomia, podendo, inclusive, interferir caso entenda que a alocação sugerida não seja adequada (por exemplo, com a liquidez de investimento e prazo de resgate dos Fundos).

2.1. Diretor de *Compliance* e Risco

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição do diretor responsável pela gestão de risco da FAMA (“Diretor de *Compliance* e Risco”) indicado em seu Contrato Social.

O Diretor de *Compliance* e Risco da Gestora, apesar de acumular funções de *compliance* e risco, conforme permitido pela regulamentação aplicável, possui total independência técnica com relação a estas áreas, sendo a última instância de decisão ordinária quanto à gestão de risco, se reportando apenas, funcionalmente, ao Comitê da Diretoria. O Diretor de *Compliance* e Risco será o responsável direto pelo monitoramento dos riscos tratados nesta Política.

2.2. Comitê de *Compliance* e Risco

O Comitê de *Compliance* e Risco da Gestora apoiará e supervisionará as atividades de risco, seja na definição das políticas, controles e diretrizes, bem como pela definição de cenários de risco e revisão dos monitoramentos, tendo autonomia e independência para supervisionar todas as atividades de risco.

Os Colaboradores da Gestora devem levar ao imediato conhecimento do Diretor de *Compliance* e Risco quaisquer eventos que sejam de seu conhecimento sob a égide desta Política para que este defina um plano de ação para endereçamento do evento ocorrido. Caso ocorra alguma divergência com os parâmetros aqui previstos ou em caso de situações atípicas de mercado ou não contempladas, o Diretor de *Compliance* e Risco poderá solicitar a assessoria do Comitê de *Compliance* e Risco para deliberarem o respectivo plano de ação.

As regras de composição, funcionamento e formalizações deste Comitê estão dispostas no Manual de *Compliance*. Das reuniões do Comitê, serão lavradas atas sumárias, sendo registradas eletronicamente no sistema de gerenciamento de *Compliance* da Gestora.

Caberá ao Diretor de *Compliance* e Risco, em conjunto com os demais membros do Comitê de *Compliance* e Risco, a definição final da forma de mensuração e os sistemas utilizados para o monitoramento dos riscos descritos nesta Política, incluindo os limites de exposição conforme definido no Anexo II.

2.3. Área de Risco

Conforme consta do organograma anexo a esta Política (Anexo III), a Gestora conta com uma equipe de risco formada pelo Diretor de Compliance e Risco e profissionais de apoio, os quais possuem a qualificação técnica e experiência necessária para o exercício da atividade e não atuam em funções relacionadas à gestão de carteiras de valores mobiliários ou em qualquer atividade que limite a sua independência, na Gestora ou em outra instituição.

A área de Risco da Gestora funciona de maneira independente e segregada das demais áreas de negócios da Gestora, respondendo os analistas diretamente ao Diretor de *Compliance* e Risco em relação a questões de riscos. A área de Risco possui também comunicação direta com a Diretoria ou alta administração para realizar relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à sua função, participando, inclusive, das reuniões do Comitê de *Compliance* e Risco.

Por fim, a Área de Risco deve atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências ao Comitê de Investimento frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente, nos termos do item 3.2.

3. MONITORAMENTO E FLUXO DE INFORMAÇÕES

A área de Gestão de Recursos deve observar, diariamente, após o fechamento dos mercados de cada dia ou antes da abertura dos mercados do dia seguinte, os limites de investimento dos veículos de investimento em aderência às estratégias, limites de risco, regras, restrições e vedações previstas nos documentos dos Fundos e na regulação vigente **previamente** à realização das operações. Tal controle de pré-enquadramento é realizado através do sistema Bloomberg AIM.

Controle de Desenquadramentos

Na hipótese de ocorrência de desenquadramento¹, o Diretor de *Compliance* e Risco notificará a área de gestão responsável pela estratégia, bem como se haverá necessidade de reenquadramento da carteira, no caso de desenquadramento passivo.

¹ De acordo com a definição da ANBIMA, “desenquadramento” seria o descumprimento dos limites de concentração e diversificação da carteira dos Fundos, assim como de todas as vedações e restrições incluídas nos Documentos dos Fundos.

A Gestora utiliza o módulo de risco do sistema da Bloomberg para controle de limites, e percentuais máximos de atuação com o objetivo de minimizar a possibilidade de ocorrência de um desenquadramento ativo das posições detidas. Contudo, oscilações naturais de mercado podem ocasionar desenquadramento passivo de suas posições.

Por desenquadramento passivo, entende-se fatores exógenos e alheios à vontade da Gestora, que causem alterações imprevisíveis e significativas no patrimônio líquido do Fundo ou nas condições gerais do mercado de capitais. O prazo para reenquadramento é de 15 (quinze) dias consecutivos, nos termos da regulamentação aplicável, devendo a Área de Risco diligenciar para que o reenquadramento ocorra neste prazo.

Não obstante o acima previsto, em caso de qualquer outra situação de desenquadramento não caracterizado como passivo, a Gestora deverá cessar qualquer atividade que possa agravar o referido desenquadramento e adotará, imediatamente, providências para reduzir as posições que estejam desenquadradas.

Nestes casos, o Diretor de *Compliance* e Risco notificará imediatamente o Diretor de Investimentos para que realize o reenquadramento conforme necessário a partir da abertura dos mercados do dia seguinte.

Para cada desenquadramento ativo, um membro da equipe de Trading deverá comunicar à área de *compliance* a ocorrência e a justificativa, que então serão atribuídas no sistema de gerenciamento de *compliance* da Gestora com o motivo do desenquadramento, enviando o mesmo para o Diretor de *Compliance* e Risco. Até o dia seguinte ao do desenquadramento, a Área de Risco deve interagir com o administrador fiduciário do respectivo Fundo para confirmar e justificar tal desenquadramento, já informando o prazo de reenquadramento.

Exceções a essa regra, tais como impossibilidade de reenquadramento dentro do prazo por condições mercadológicas, deverão ser formalizadas por escrito pela Área de Risco contendo a justificativa do Diretor de Investimento e enviadas ao administrador fiduciário do Fundo, para que este envie à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

É vedada a utilização de qualquer instituto jurídico, estrutura de produto ou a aquisição de ativos financeiros que, de forma direta ou indireta, tenha como propósito econômico aplicar em ativos que, se aplicados diretamente, descumpriam com a política de investimento dos Fundos e/ou com a regulação vigente.

Sem prejuízo do disposto acima, a Área de Risco poderá realizar uma análise subjetiva da concentração das carteiras e, caso identifique um risco relevante, deverá solicitar a realização de reunião extraordinária do Comitê de *Compliance* e Risco para tratar do tema, podendo, inclusive, sugerir a adoção de um plano de ação para mitigação do referido risco.

Nas reuniões do Comitê de *Compliance* e Risco, as rotinas em relação aos relatórios produzidos pela Área de Riscos são validadas e, se necessário, novas métricas e parâmetros de gestão de riscos serão analisados e definidos.

Na inobservância de qualquer dos procedimentos definidos na Política, bem como na identificação de alguma situação de risco não abordada nesta Política, o Diretor de *Compliance* e Risco deverá submeter a questão ao Comitê de *Compliance* e Risco, com o objetivo de:

- (i) Estabelecer um plano de ação que se traduza no pronto enquadramento das carteiras à Política vigente; e
- (ii) Avaliar a necessidade de eventuais ajustes aos procedimentos e controles adotados.

Em quaisquer casos, o Diretor de *Compliance* e Risco está autorizado a ordenar a compra/venda de posições para fins de reenquadramento das carteiras.

3.1. Relatórios de Risco

A Área de Risco envia, mensalmente, por meio eletrônico, aos integrantes da Área de Gestão um relatório contendo informações de exposição, liquidez e sensibilidade das carteiras em relação à variação dos preços de seus ativos. Caso haja Fundos que tiveram seus limites de risco excedidos, tal matéria também deverá ser objeto de tal relatório.

O Comitê de Investimentos da FAMA revisará o relatório de risco, no mínimo uma vez por mês.

Também é feita diariamente uma análise de liquidez dos Fundos, sendo todas as posições agregadas de forma a comporem o portfólio total da Gestora. A partir destes dados é analisado o perfil de liquidez global, um demonstrativo de qual percentual pode ser convertido em caixa em um determinado número de dias. Os limites para esta análise estão estabelecidos na Política de Controle e Gerenciamento de Risco de Liquidez, disponível para todos os profissionais de investimento e para terceiros sob

consulta. Caso necessário, um relatório avulso será enviado para o Diretor de *Compliance* e Risco, assim como para o Comitê de Investimentos.

4. RISCOS

4.1. Riscos de Mercado

O Risco de Mercado consiste no risco de variação no valor dos ativos que compõem os Fundos. O valor dos títulos e valores mobiliários pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das empresas emissoras. Em caso de queda no valor destes ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. Esta queda nos preços pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas nos resultados dos Fundos.

Os Fundos possuem como horizonte de investimentos o médio/longo prazo. As empresas que compõem as carteiras de investimentos são selecionadas através de uma análise criteriosa levando em consideração fatores como liquidez, qualidade da gestão, desempenho operacional/financeiro e aspectos ESG.

Desta forma, a **variação diária** no valor das ações é o principal fator de risco de mercado. Embora seja monitorada diariamente, não é considerada como fator preponderante para tomada de decisão de investimento tendo em vista a **filosofia** e o longo **horizonte de investimentos** dos Fundos.

Levando em consideração nossa filosofia de investimento com foco em análise fundamentalista, o risco de mercado é analisado diretamente na análise de cada empresa.

Cabe a cada analista a elaboração de estudos qualitativos e quantitativos profundos, de maneira a suportar as discussões do processo de investimento da FAMA. Realizamos as projeções financeiras das companhias sempre em no mínimo três cenários: conservador, otimista e neutro. Através dos cenários tentamos entender a agenda de criação de valor da companhia, seus riscos e comparamos com a avaliação em bolsa.

Através das projeções financeiras também realizamos um estudo de risco, tentando entender quais as variáveis micro e macroeconômicas que mais podem ameaçar a nossa percepção de valor da companhia.

Importante ressaltar que não guiamos a tomada de decisão através do cálculo de preço-alvo ou múltiplos. Ao contrário, buscamos através do processo de valuation entender se os preços das ações em bolsa nos trazem conforto suficiente para o investimento vis-à-vis nossas percepções qualitativas.

O portfolio é alocado de maneira a manter uma carteira diversificada e balanceada, evitando concentração e riscos setoriais.

4.2. Riscos de Uso de derivativos e alavancagem financeira

O uso de derivativos é proibido para todos os Fundos. E não é utilizada alavancagem financeira como parte da estratégia de investimentos.

4.3. Risco de Crédito/Contraparte

Consiste no risco de os emissores de ativos financeiros de renda fixa que integram a carteira não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com os Fundos.

O risco de crédito/contraparte também advém da possibilidade de problemas na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidores de valores mobiliários, bem como nas alterações das condições financeiras dos emissores e/ou contrapartes, ou de sua percepção pelo mercado, que podem comprometer a capacidade de pagamento, trazendo assim impacto em termos de preço e liquidez, entre outros fatores.

Convém salientar que as estratégias de investimentos adotadas pela FAMA não adotam investimentos em ativos de crédito privado, os quais estarão sempre sujeitas ao desenvolvimento e manutenção prévios de uma Política de Aquisição e Monitoramento de Crédito Privado e da adaptação da presente Política para contemplar mecanismos de gerenciamento de risco de crédito e contraparte específicos.

A principal estratégia da FAMA é investir os recursos dos Fundos em ações listadas em bolsa de valores. Outros ativos – tais como títulos públicos federais e cotas de fundos de terceiros – são pouco utilizados, não fazendo parte da gestão ativa dos Fundos.

Com relação a risco de contraparte (não cumprimento de obrigações referentes à liquidação de operações envolvendo os ativos financeiros), ressalta-se que os investimentos dos Fundos em operações na B3 são realizados através de corretoras pré-selecionadas. Neste caso consideramos o risco de contraparte associado à Corretora utilizada, até que a operação seja liquidada pela B3. A liquidação ocorre dois dias após a execução da ordem.

Os seguintes controles são realizados pela Gestora para mitigar este tipo de risco: (i) controle do limite de exposição às corretoras; (ii) controle prévio das carteiras diárias, anteriormente ao início das operações; (iii) aplicação de filtros no sistema de boletagem para impossibilitar a operação de ativos não aprovados; (iv) avaliação da eficiência operacional das contrapartes; e (v) checagem de operações ao final do dia e verificação dos relatórios das contrapartes.

4.4. Risco de Concentração

O processo de construção da carteira é bottom-up, buscando explorar discrepâncias entre valor justo e preços de mercado evitando, assim, uma concentração setorial. A análise top-down é aplicada para certificar a consistência das empresas selecionadas e a não concentração em fatores comuns.

A concentração da carteira em ativos financeiros de um mesmo emissor está limitada a 15% do patrimônio de cada Fundo. Alterações da condição financeira de um emissor, alterações na expectativa de desempenho/resultados deste e da capacidade competitiva do setor investido podem, isolada ou cumulativamente, afetar adversamente o preço e/ou rendimento dos ativos financeiros da carteira dos Fundos. Nestes casos, a Gestora pode ser obrigada a liquidar os ativos financeiros dos Fundos a preços depreciados podendo, com isso, influenciar negativamente o valor da cota dos Fundos.

A Gestora adota ferramenta que permite o monitoramento de ordens de compra e venda de posições, que contribui com o controle do risco de concentração de suas posições, com a emissão de um alerta caso o limite seja alcançado.

4.5. Risco de Liquidez

De maneira a mitigar o risco de liquidez, o Diretor de *Compliance* e Risco define a exposição máxima que determinada empresa pode possuir na

carteira dos Fundos. O limite máximo de exposição de cada empresa é feita com base no volume médio de negociação analisado em diversos períodos. Utiliza-se critérios conservadores, sempre com o objetivo de se obter um limite de maneira a honrar os resgates conforme seus respectivos prazos de resgate, sem incorrer em perdas significativas durante as operações diárias.

Além do limite máximo por empresa citado acima, o Diretor de *Compliance* e Risco define quais das empresas investidas serão classificadas internamente como “ilíquidas” a partir de um corte objetivo e verificável. E para efeito de controle de risco de liquidez consolidado da carteira dos Fundos, a posição total em empresas “ilíquidas” estará limitada a 20% do patrimônio de cada Fundo.

Demais procedimentos de controle e gerenciamento de liquidez das carteiras podem ser consultados na Política de Controle de Gerenciamento de Risco de Liquidez.

4.6. Risco Operacional

Ocorre pela falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, ou de falhas nos controles internos. São riscos advindos da ocorrência de fragilidades nos processos, que podem ser gerados por falta de regulamentação interna e/ou documentação sobre políticas e procedimentos, que permita eventuais erros no exercício das atividades, podendo resultar em perdas inesperadas.

O risco operacional é tratado através de procedimentos frequentes de validação dos diferentes sistemas existentes em funcionamento na FAMA, tais como: programas computacionais, sistema de telefonia, internet, entre outros. As atividades de controle operacional desenvolvidas consistem no controle e boletagem das operações, cálculo paralelo de cotas dos fundos sob sua gestão, acompanhamento da valorização dos ativos e passivos que compõem os Fundos, efetivação das liquidações financeiras das operações e controle e manutenção das posições individuais de cada investidor.

Além disso, a FAMA conta com Plano de Contingência e Continuidade de Negócios que define os procedimentos que deverão ser seguidos pela FAMA, no caso de contingência, de modo a impedir a descontinuidade operacional por problemas técnicos. Foram estipuladas estratégias e planos de ação com o intuito de garantir que os serviços essenciais da FAMA sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um imprevisto ou um desastre.

Nos termos desta Política, erros sistêmicos, operacionais e de alocação deverão ser identificados e devidamente justificados pelo Colaborador responsável. As justificativas deverão ser claras e objetivas. A Área de Risco é responsável por gerar um evento no sistema de gerenciamento de *compliance* utilizado pela Gestora sobre o erro, incluindo o lucro ou a perda na correção. A Área de Risco, em conjunto com o Comitê de *Compliance* e Risco, deverá decidir sobre quem arcará com eventual prejuízo decorrente do erro, levando em consideração as características do caso concreto.

4.7. Risco Legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela FAMA e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da FAMA.

4.8. Risco Sistêmico

Decorre de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras instituições, ou uma ruptura na condução operacional de normalidade do sistema financeiro em geral.

4.9. Métricas de risco do Administrador Fiduciário

O administrador fiduciário das carteiras de valores mobiliários realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 97,5% (noventa e sete, vírgula cinco por cento) em um horizonte de tempo de um dia.

5. REVISÃO DA POLÍTICA E TESTES DE ADERÊNCIA

Esta Política, inclusive a metodologia aqui prevista, deve ser revista no mínimo a cada 24 meses ou em prazo inferior caso os testes de aderência evidenciem inconsistências que demandem revisão, levando-se em consideração (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras. Esta Política poderá ser também revista a qualquer momento, sempre que a Área de Risco, por meio de seu Diretor de *Compliance* e Risco, entender relevante.

A revisão desta Política tem o intuito de permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários e aprimorar controles e processos internos.

Também anualmente, o *Compliance* e Risco deve realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos ou definidos pelo Comitê de *Compliance* e Risco.

Os resultados dos testes e revisões deverão ser objeto de discussão no Comitê de *Compliance* e Risco e eventuais deficiências e sugestões deverão constar no relatório anual de *compliance* e riscos, apresentado até o último dia de abril de cada ano aos órgãos administrativos da FAMA.

ANEXO I
TERMO DE ADESÃO À
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Eu, _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, na qualidade de _____ (cargo) da FAMA, pelo presente instrumento, atesto que recebi, li e entendi a Política de Gestão de Riscos da Gestora e confirmo que tenho conhecimento integral de todas as regras e procedimentos aqui constantes.

Nessa linha, comprometo-me a cumpri-la integralmente, confirmando minha ciência acerca das sanções aplicáveis a cada um dos casos de violação da presente Política.

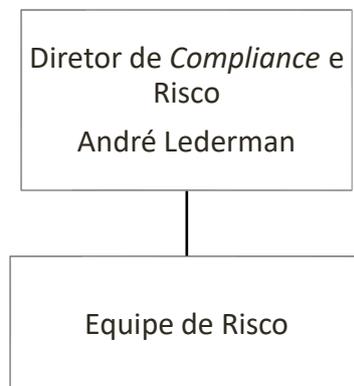
_____, ____ de _____ de 20__

[Assinatura do Colaborador]

ANEXO II
LIMITES DE RISCO DA FAMA

Os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativo, bem como eventuais vedações ou disposições específicas além dos descritos nesta Política estão detalhados no Anexo - Política de Investimento parte integrante do regulamento do FAMA Master FIA, CNPJ nº 09.441.424/0001-66, disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) em sua última versão.

ANEXO III
ORGANOGRAMA



Atribuições e Responsabilidades:

Diretor de Compliance e Risco: conforme consta da Política de Gestão de Riscos.

Equipe de Risco: além de competências definidas pelo Diretor de Compliance e Risco, possui a seguinte atribuição e responsabilidade: (i) direcionar esforços para a análise dos riscos, suas grandezas e impactos sobre as atividades, permitindo a gestão de ocorrências e desenvolvimento de planos de ação para correção e mitigação de recorrências, (ii) verificar o cumprimento desta Política, encaminhando relatórios de exposição de risco de cada Fundo, e (iii) supervisionar eventuais terceiros contratados para tal monitoramento, conforme aplicável.

Controle de Versões	
Jul-2015	Versão A
Jun-2016	Versão 0
Jan-2019	Versão 1
Out-2020	Versão 2
Out-2022	Versão 3